

# Crise econômica exige mudança de conceitos

DERCIO GARCIA MUNHOZ

À medida em que se ampliou a influência americana no mundo do pós-guerra, umá das consequências foi a transmudação, em especial para os países não industrializados, de fontes de sabiência econômica supostas insuspeitadas quanto à capacidade de gerar diagnósticos corretos sobre o comportamento das economias de cada país, e de prescrever remédios precisos e eficazes para sanar males detectados com uma inteligência superior, certamente laureada por inspiração divina.

O Fundo Monetário Internacional e os pensadores da escola monetarista - que em verdade se identificavam como duas faces da mesma moeda - se encarregavam de orientar aquilo que os "deserdados de los cielos" deveriam fazer para remover os distúrbios econômicos, e em cujas origens encontravam-se sempre a instabilidade dos preços - ou um processo inflacionário abominável.

E nos países periféricos, quando as linhas de combate à inflação recomendadas não alcançavam êxito, apenas duas hipóteses poderiam explicar o insu-

so: se o comando da economia se achava em mãos de "herenges" isto é, de não monetaristas, o fracasso era atribuído à incapacidade técnica dos responsáveis, e a punição era a negativa de financiamentos do balanço de pagamentos, vitais para regiões estruturalmente deficitárias, forçando, assim, a troca de homens. Se, por outro lado, a responsabilidade da economia já estava em mãos de monetaristas, formados na melhor tradição da "escola americana", eventual fracasso na aplicação dos remédios se imputava à impotência política - ou seja, à impossibilidade "ambiental" de os homens certos fazerem a política certa; nesse caso a punição forçosamente teria de ser a troca de governo, para, com mãos fortes, impor-se a terapêutica adequada.

E importante notar que os países industrializados, seguindo as bulas do arsenal monetarista, evidentemente se achavam a salvo dos desequilíbrios inflacionários. O que seria a melhor resposta aos críticos da teoria do remédio amargo.

Ainda que algumas hipóteses possam ser relevantes, não estão suficientemente analisadas as

causas fundamentais das diferenças entre países industrializados e países periféricos no que toca ao comportamento dos preços até o final dos anos 60 - os primeiros com estabilidade permanente e os últimos com processos inflacionários altamente desequilibradores.

Não se descarta que desacertos na execução de orçamentos públicos possam gerar emissões monetárias incompatíveis com os níveis de preços e o crescimento real da economia. Também não se afasta a eventualidade de políticas redistributivas inadequadas ou incompletas, forçando a elevação dos custos e dos preços. E ainda se deve aceitar que ganhos acentuados em receitas de exportação podem gerar um excesso de demanda, desequilibrando os mercados. São várias hipóteses, portanto, aparentemente explicativas de pressões inflacionárias.

Se se aceita que políticas econômicas inadequadas e/ou incompletas, ou fatores exógenos, podem causar as já clássicas inflação de custos ou inflação da demanda, não há razões para imaginar-se que a essas poucas causas estejam restritas as fontes

desestabilizadoras. E nisso que peca o pensamento monetarista, que, linearmente, e sem qualquer inspiração, diante de qualquer instabilidade dos preços prescreve contenção de gastos públicos, contenção do crédito, liberação das taxas de juros e controle salarial, componentes inseparáveis do receituário estabilizador. Mesmo porque tal política é intrinsecamente contraditória, ao aumentar as rendas das instituições financeiras e detentoras de poupanças, e paralelamente reduzir as rendas dos assalariados.

Em verdade o monetarismo efetivamente funciona, diante de uma inflação mais elevada, de molde a desorganizar a economia e a sociedade, criando, consequentemente, condições políticas para o arrocho salarial; e se os salários são reduzidos estaria-se introduzindo um mecanismo antiinflacionário, fazendo com que os trabalhadores percam rendas que normalmente haviam sido apropriadas por outros segmentos. Ou seja, praticase um confisco sobre a parte mais fraca da sociedade e vangloria-se a política econômica imposta pela força. Cinica-

mente. O que, evidentemente não configura a força da ciência, mas sim a "ciência" da força.

A crise do petróleo serviria para desmistificar o monetarismo. As receitas antiinflacionárias seguramente prescritas ao mundo pobre fracassaram totalmente nos países ricos, na primeira oportunidade em que o processo inflacionário surgiu realmente ameaçador. E a razão disso, sem qualquer presunção, parece simples: o aumento nos preços do petróleo provocou elevação dos preços internos, "punitindo" os assalariados em um

volume de rendas equivalente aos ganhos extras dos fornecedores de petróleo; os monetaristas forçaram a elevação dos juros ao restringir os créditos bancários, agravando o quadro inflacionário. E o arrocho salarial é inviável nas sociedades abertas.

Essa incapacidade em compreender as origens dos desequilíbrios presentes é que confirmaria a crise do pensamento econômico, desmistificando o monetarismo. Veja-se, por exemplo, a afirmativa de William Simon, antigo secretário do Tesouro americano, na revista

"Veja" da última semana: "É claro que a conta do petróleo não é a causa da inflação". E quem pensa o Sr. Simon ter perdido, nos países importadores, as rendas novas obtidas pela OPEP? E de que modo se concretizou as perdas de renda? Ora, são os assalariados, via inflação, enquanto os outros grupos se defendem. O que parece meridiano.

Simon defende sua tese da desimportância do petróleo para explicar a inflação, apontando que Alemanha, Japão e Suíça, grandes importadores, registravam inflação mais baixa que o resto do mundo. Mas como pode desconhecer ele que exatamente aqueles países tiveram as suas moedas valorizadas em relação ao dólar, o que significa importações a menores custos, o que age como desacelerador da inflação?

Foi nessa teia de equívocos que o Brasil se inseriu desde 1975, e ainda permanece. E é nela que agora o novo governo americano também se mete, apesar das novidades dos "economistas" da oferta"

Os americanos vão permitir depreciação acelerada de ativos

fixos das empresas. Mas isso é inflacionário, pois significa custos operacionais mais elevados, ainda que parcialmente compensados pela redução de imposto de renda que a medida provoca.

A redução do imposto de renda de pessoas físicas representa aumento do poder de compra dos contribuintes. Mas porque alternativamente não são reduzidos os impostos que incidam sobre a produção/comercialização, reduzindo-se assim os preços dos bens, com o mesmo efeito benéfico sobre a renda das pessoas? Isso traria a vantagem de favorecer mais aos mais pobres (que consomem mas não pagam imposto de renda), tornaria as exportações americanas mais competitivas, e, acima de tudo, teria reflexos sobre as taxas de inflação. Por que o governo escolheu a pior solução?

Vê-se que há uma crise profunda no pensamento econômico "tradicional". Ensejando a oportunidade para uma revisão de postulados, com a derrubada definitiva dos mitos. Mas sem fantasias, já que não existem soluções fáceis. E as soluções aparentemente fáceis tendem a ser enganosas.